



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

?Toda essa Fazenda é assombra?: as agências das assombrações entre quilombolas em contexto de luta territorial.

Autoria: Claudivan Silva Soares (INCRA)

A proposta desta apresentação é expor um dos resultados parciais da dissertação de mestrado em antropologia (em andamento), sobre os processos identitários dos quilombolas de Jequitibá, do município de Mundo Novo, Bahia. Jequitibá é uma comunidade que recebeu o reconhecimento oficial da sua autodefinição como quilombola no ano de 2016, e demanda do Estado, desde 2017, a titulação do território quilombola. Os quilombolas vivem um conflito de terras com os padres e monges católicos administradores do Mosteiro de Jequitibá, representantes da Fundação Divina Pastora, hoje proprietária do imóvel que se sobrepõe ao território reivindicado pelos quilombolas. Para esta apresentação, tratarei especificamente das agências das assombrações que perturbam agentes humanos na comunidade de Jequitibá, compreendendo as narrativas dos quilombolas sobre tais agências como um aspecto da diacriticidade identitária articulada pelos quilombolas. As agências das assombrações, tratadas como diacríticos - ou seja, no sentido de Fredrick Barth, sinais diferenciadores que um grupo escolhe para traçar uma fronteira social diante de outro grupo - compõem, então, a dinâmica identitária e autopercepção do grupo enquanto comunidade quilombola em um contexto de luta territorial. O conhecimento inicial desse pesquisador sobre essas narrativas se deram durante os dias introdutórios em campo, ainda como antropólogo a serviço do INCRA, quando alguns jequitibaenses me narravam espontaneamente e frequentemente, como algo que o antropólogo deveria ouvir e se interessar, ocorrências de assombrações que perturbam as pessoas por toda a Fazenda Jequitibá. Essas agências foram apresentadas como algo tão localmente específico que no momento que eu cheguei na casa de lideranças locais para me instalar, me foi dado um banco para sentar e passaram a narrar intensamente diversos casos. Vê-se que em Jequitibá, os quilombolas elegem, entre outros elementos, as assombrações e suas perturbações como elemento marcador do grupo, sobre as quais as narrativas o antropólogo do INCRA



deveria ouvir para elaborar o relatório que poderia ajudar a garantir a existência deles no território reivindicado.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: